

# HG 759 Tópicos Especiais em História da Filosofia Moderna 11

Graduação, 1º semestre de 2017

Prof. Silvio Seno Chibeni - Departamento de Filosofia, IFCH, Unicamp

## Lista de exercícios # 2

(Distribuída em 13/6/2017.)

### Observações:

- Esta lista cobre os tópicos vistos em aula desde a primeira aula após a Prova 1, a saber *Treatise of Human Nature* 2.1.1-6 e 11, 2.2.1-2, 2.3.1-3, 3.1.1-2. *Importante: essa convenção internacional estabelecida pela edição da Oxford University Press, foi usada nas referências das questões desta lista, e deverá ser seguida também nas respostas.*
- *Não é parte da avaliação*, visando a auxiliar os alunos na identificação e estudo dos tópicos mais importantes vistos no curso até esta data.
- Responda de forma *objetiva* e restringindo-se ao que *Hume* diz. Seja sucinto, mas não esquemático. Cuide para que cada sentença faça sentido completo e seja compreensível por uma pessoa que não conheça o assunto. Indique o número da questão e os *sub-itens* que está respondendo. Não responda em bloco.

### Questões:

#### I. Paixões indiretas. Orgulho e humildade. Amor e ódio.

1. Em 2.1.1 Hume reapresenta, com mais detalhes e com outros nomes, uma distinção feita no Livro 1, entre dois tipos de impressões. Qual é ela (explique a distinção e indique a nova terminologia)?
2. Nesta mesma seção, Hume distingue as impressões de reflexão em *calmas* e *violentas*. Explique e dê exemplos.
3. Ainda em 2.1.1, Hume distingue as paixões em *diretas* e *indiretas*. Explique e dê exemplos.
4. Na seção 2.1.2, Hume começa a análise das paixões do orgulho e da humildade, distinguindo seus objetos de suas causas. Exponha a distinção e indique a proposta de Hume, sobre o que constitui o objeto e as causas dessas paixões.
5. Na explicação dos mecanismos pelos quais essas duas paixões surgem na mente, Hume propõe, na seção 2.1.4, um princípio de associação de impressões, semelhante ao princípio de associação de ideias, proposto no Livro 1. Explique o princípio de associação de impressões, indicando sua semelhança e sua diferença com relação ao princípio do Livro 1.
6. Em 2.1.5, Hume completa a apresentação de sua “hipótese” sobre tais mecanismos, defendendo que eles envolvem “uma dupla relação de ideias e impressões”. Explique esse ponto importante.
7. Em 2.1.6, Hume admite que seu “sistema” (ou hipótese) tem algumas “limitações”. Elas dizem respeito justamente à natureza dessas relações de ideias e impressões envolvidas nas paixões do orgulho e da humildade. Explique brevemente quais são as quatro primeiras “limitações” (ou melhor, qualificações) indicadas por Hume.
8. Como Hume caracteriza o fenômeno da simpatia em 2.1.11.2? Como ele o explica em 2.1.11.3?

9. Qual a analogia que Hume traça em 2.1.11.8 entre o processo mental pelo qual surge a simpatia e aquele pelo qual o “entendimento” realiza inferências causais?
10. Quais os objetos e causas do amor e ódio, segundo a proposta de Hume em 2.2.1?
11. Como fica, neste caso, a tese da “dupla relação de ideias e impressões”, defendida para o orgulho e a humildade? Ou seja, quais são as relações de ideias e as relações de impressões envolvidas no amor e no ódio?
12. Para confirmar sua teoria sobre as quatro paixões do orgulho e humildade, amor e ódio, Hume apresenta oito “experimentos”, em 2.2.2. Exponha e explique brevemente 3 desses experimentos.

## II. Liberdade e necessidade. Motivos da vontade.

13. Em 2.3.1 e 2, Hume discute o clássico problema do livre-arbítrio, ou, na expressão preferida por Hume, da liberdade da vontade. Ele defende que essa liberdade não existe, ou seja, que a vontade é inteiramente determinada por causas. No quarto parágrafo da seção 1, ele distingue tais causas em três: motivos, temperamento (ou caráter) e circunstâncias. Hume defende essa tese traçando um paralelo com a forma pela qual os filósofos naturais da época consideravam a questão correspondente, de se os corpos, em suas operações, eram ou não determinados completamente por causas (o que hoje chamamos de a questão do *determinismo*). Qual é o paralelo?
14. Como, segundo Hume, os filósofos naturais defendiam o determinismo no mundo físico, ou seja, que nesse mundo não há “acaso” ou “liberdade”?
15. Como Hume adapta essa defesa para o caso de sua tese, de que não há acaso ou liberdade nas deliberações da vontade?
16. Como Hume lida, em 2.3.1.11-13, com a objeção de que não haveria uniformidade nas ações humanas (e que, portanto, elas não seriam completamente determinadas por causas)?
17. Ao considerar de forma mais sistemática, em 2.3.2, outras 3 possíveis objeções à sua tese, Hume traça, logo no primeiro parágrafo dessa seção, uma distinção entre *liberdade de espontaneidade* e *liberdade de indiferença*. Explique.
18. No parágrafo seguinte, Hume argumenta que a alegada sensação de liberdade da vontade que temos ao querer algo é falsa. Qual o argumento de Hume?
19. A partir do terceiro parágrafo, Hume rebate a crítica de que sua tese seria nociva à moral (e, por conseguinte, à religião). Como, em linhas gerais, Hume defende, a partir do quinto parágrafo, que na verdade ela é essencial para a defesa da moral?
20. Na seção 2.3.3 Hume defende que, isoladamente, a razão nunca pode constituir um motivo para nenhuma ação da vontade. Qual essa defesa, tal qual apresentada nos parágrafos 2 e 3?
21. Qual o argumento adicional para essa tese apresentado em 2.3.3.5?
22. Quais os únicos dois sentidos em que uma “afecção” ou paixão pode propriamente ser dita contrária à razão (*unreasonable*)? Ver 2.3.3.6.
23. Nos dois parágrafos finais desta seção Hume defende que muitas vezes certos sentimentos calmos são confundidos com a razão. a) Por que isso ocorreria? b) Como essa confusão pode dar margem à opinião errada de que a razão pode servir de motivo para ações da vontade?

### III. Fundamentação das distinções morais. Da virtude e do vício em geral.

24. Na primeira seção da parte 1 do livro 3 do *Tratado* Hume procura refutar a tese clássica de que as distinções morais derivam da razão. O primeiro e mais importante argumento oferecido por Hume depende crucialmente da tese, defendida em 2.3.3, de que a razão nunca pode, por si só, determinar nenhuma ação da vontade. Exponha sinteticamente o argumento de Hume e indique os dois parágrafos em que ele é apresentado.
25. Um segundo argumento para a mesma tese, ou seja, que as distinções morais não derivam da razão, é apresentado por Hume no parágrafo 9 dessa seção. Que argumento é esse?
26. No parágrafo 11 Hume considera uma possível réplica de seu adversário. Qual é ela?
27. No parágrafo 12 Hume apresenta sua primeira tréplica. Ela depende de um ponto exposto em 2.3.3.6. Que ponto é esse e qual é a tréplica de Hume?
28. No parágrafo 15 Hume dá uma segunda tréplica. Explique-a de forma sucinta.
29. Como Hume rebate, em 3.1.1.18 e 19, a famosa tese de Locke de que “a moral é passível de ser demonstrada”?
30. Uma vez rejeitada essa tese de que a moral pertenceria ao escopo da razão demonstrativa, Hume passa a criticar a tese de que ela pertenceria ao escopo da razão enquanto faculdade que se encarrega de “inferir” questões de fato (ou seja, razão no sentido ampliado, introduzido por Hume na parte 3 do livro 1: a faculdade que se encarrega dos raciocínios causais). Apresente resumidamente a crítica de Hume, tal qual exposta por ele em 3.1.1.26.
31. Ao longo desse parágrafo aparece pela primeira vez a importante posição de Hume sobre a moral, de que ela se funda num sentimento. Que sentimento é esse?
32. Há na literatura uma interpretação segundo a qual a principal contribuição de Hume para a filosofia moral consistiria em ter mostrado que nenhum fato implica nenhum dever moral (o famoso ditado: “ser não implica dever”). O que de fato Hume diz no parágrafo final dessa seção 1, e que deu margem a essa interpretação?
33. O título da seção seguinte (THN 3.1.2) é: “As distinções morais derivam de um senso moral”. Nela Hume investiga a *natureza* desse sentimento (que é uma impressão, claro). O que Hume propõe, a esse respeito? (Dica: a proposta de Hume faz referência essencial ao prazer e ao desconforto (*uneasiness*).)
34. Em 3.1.2.4 Hume considera a objeção de que “se a virtude e o vício forem determinados pelo prazer e pela dor, tais qualidades terão, em *todos* os casos, que surgir dessas sensações” – o que é contrário aos fatos, pois há prazeres e dores que não envolvem nenhum aspecto moral. Como Hume responde a essa objeção?

### Respostas, parte III da lista:

24. O argumento está nos parágrafos 5 e 6. Nesse argumento Hume toma como premissa, derivada do fato de que a moral é considerada filosofia prática e comprovada pela experiência, que a moral influencia a vontade, na determinação de nossas ações. Ora, se a moral fosse derivada da razão, ou seja, se pertencesse ao seu domínio, não poderia influenciar a vontade, pelo argumento dado em 2.3.3. “A moral excita paixões, e produz ou inibe ações. A razão é, em si, completamente impotente para fazer isso. As regras morais, portanto, não são conclusões da razão.”(3.1.1.6).

25. Hume inicia esse parágrafo Hume lembrando que a razão, em seu sentido amplo, da província do entendimento, é a faculdade que se encarrega da “descoberta da verdade e da falsidade”. Tais noções, a seu turno, dizem respeito a relações, quer de ideias com ideias, quer de ideias com coisas reais, ou “questões de fato”. Mas é evidente que nossas paixões, volições e ações não envolvem tais relações, sendo “fatos e realidades originais, completos em si mesmos”. “É impossível, portanto, que elas sejam ditas verdadeiras ou falsas, nem conformes ou contrárias à razão”.

26. A réplica consiste em alegar que, embora a vontade e as ações não sejam diretamente contrárias à (ou derivadas da) razão, essa contrariedade existiria nos “acompanhantes da ação, ou seja, em suas causas e efeitos”. Logo, a razão estaria, sim, embora indiretamente, envolvida nas decisões da vontade.

27. Em 2.3.3.6 Hume defende que só há dois sentidos em que a razão pode ter influência sobre nossa vontade e conseqüente conduta: a) quando excita uma paixão, ao nos mostrar a existência de algo que funcione como seu objeto; ou b) quando ela nos indica os meios de excitar a paixão, por uma relação causal. Mas embora a razão participe, assim, embora indiretamente, das *causas* das ações, Hume considera evidente que quando a ação for avaliada moralmente, o louvor ou reprovação não incidirão na razão. Trata, especialmente (como no livro 2), da situação em que a razão erra quanto a (a) ou (b). Tais erros, diz Hume, estão longe de ser a fonte da imoralidade, sendo, antes, “inocentes”. E a pessoa que os comete também não pode ser objeto de reprovação, antes de pena.

28. No parágrafo 15 Hume considera a situação complementar, em que se alega que uma ação dá origem a algum juízo falso, a algo que a razão possa reconhecer como erro. O exemplo é o de Hume ser visto em comportamento lascivo com a mulher do vizinho. O espectador poderia falsamente acreditar

que a mulher é a mulher de Hume. A isso Hume responde que a referida ação nunca pode causar falso juízo ao agente, e sim, apenas, em terceiros. Portanto, o fato de uma terceira pessoa acidentalmente observar a ação e formar um falso juízo a partir disso não é a fonte da imoralidade da ação. Esta diz respeito aos motivos e caráter do agente, e das circunstâncias em que a ação ocorre.

29. O primeiro movimento de Hume consiste em lembrar que essa demonstração nunca foi dada – uma acusação comum da parte dos críticos de Locke. Depois, e mais importante, Hume relembra a enumeração das relações filosóficas, na primeira parte do livro 1, seção 5. Ali Hume identifica 7 relações, que cobririam todos os casos. Depois, em 1.3.1, Hume subdivide as 7 relações naquelas 4 que podem ser determinadas somente pelas próprias ideias (semelhança, contrariedade, graus em qualidades e proporções em quantidade e número) e as outras 3, que dizem respeito a fatos, e portanto dependem, para serem conhecidas, de informação empírica (identidade, relações de espaço e tempo e causalidade). Ora, na alegação de Locke haveria uma via demonstrativa para os princípios morais. Logo, sua fundamentação teria de depender de uma ou mais das 4 relações do primeiro tipo. Mas parece claro que nenhuma delas tem nada a ver com moral. Pior do que isso, tais relações se aplicam a itens quaisquer – objetos irracionais ou até mesmo inanimados. Mas estes não são susceptíveis de responsabilidade moral. Logo, a moral não pode derivar dessas relações. Como são as únicas possíveis, no âmbito da razão demonstrativa, a moral não pode pertencer a tal âmbito.

30. Segundo essa sugestão do adversário, a virtude e o vício seriam questões de fato, passíveis de serem inferidos pela razão (no sentido ampliado do termo, e não no sentido clássico de razão demonstrativa, como em Locke). Diante disso, Hume desafia o adversário a examinar uma ação qualquer que seja considerada viciosa (por exemplo), e mostrar o que, nela, consistiria o vício. Não há tal questão de fato, diz Hume, mas apenas certos motivos, paixões, volições e pensamentos. O vício nos escapa inteiramente, quando examinamos unicamente o objeto. Ele só pode ser encontrado quando se volta a atenção para o observador da ação (que pode ser o próprio agente, claro), e se percebe nele um sentimento íntimo de desaprovação. Essa é uma questão de fato, mas é um sentimento, não item da razão, “reside em você, não no objeto”. Hume conclui com poderosa comparação com as chamadas “qualidades secundárias”, na visão dos filósofos naturais modernos. (Veja-se, a respeito, Chibeni 2013: [Locke e a distinção entre qualidades primárias e secundárias.](#))

31. É um sentimento de aprovação ou desaprovação, algo respectivamente agradável ou desagradável. Ver resposta 33, abaixo.

32. Hume nota que em todo sistema moral, após preliminares variadas, conforme o caso, o autor acaba sempre propondo *prescrições*, ou seja, deveres morais – “deve” (ought), “não deve” (ought not). O problema é que não diz como tais prescrições poderiam constituir “deduções” de proposições, ou seja, de algo que “é” ou “não é”. Na verdade, Hume considera “inconcebível” que seja possível fazer tais inferências. Novamente fica claro que a moral não diz respeito à razão, e sim a sentimentos.

33. Logo no segundo parágrafo Hume afirma que “a impressão que surge da virtude é *agradável* (agreeable), e a que procede do vício é *desagradável* (uneasy)”. No parágrafo 3 complementa: “Uma ação ou sentimento ou caráter é virtuoso ou vicioso; por que? Porque sua observação causa um prazer ou desconforto (uneasiness) de um tipo particular.” Adverte, porém, que “não inferimos que um caráter é virtuoso porque ele agrada; mas ao sentir que agrada de tal e tal modo particular de fato sentimos que é virtuoso”. Ou seja, a virtuosidade do caráter não está “lá” previamente, para ser inferida a partir do sentimento de aprovação; é o próprio sentimento de aprovação que constitui a virtuosidade do caráter ou ação.

34. Assim como distinguimos o prazer gustativo e olfativo de um bom vinho do prazer sonoro de uma boa música, podemos distinguir o prazer moral de outras formas de prazer. Além disso, o desconforto e o prazer morais não são aqueles que surgem em quaisquer circunstâncias em qualquer pessoa. “É apenas quando um caráter é considerado em geral, sem referência ao nosso interesse particular, que causa um sentimento ou feeling capaz de lhe conferir o bem ou mal moral.” Hume propõe, portanto, que a apreciação moral requer a postura um “homem juizado e sensato (a man of temper and judgment)”, capaz de distinguir, por exemplo, o valor moral de uma ação generosa feita por um inimigo do sentimento de desafeto e desagrado que tem para com ele. Faz, para explicar o ponto importante, uma comparação com o sentimento estético. Um homem com o justo senso estético saberá apreciar a eventual sonoridade e beleza da voz de um inimigo, separando assim a apreciação da voz, enquanto tal, do sentimento de desconforto ao pensar que a voz é de seu inimigo.